



# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

## INDICAÇÃO Nº 02/2013

De 13 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Dr. Hamilton Antonio Perrone, vereador desta Câmara Municipal, **INDICO**, a criação de emprego público de Monitor Escolar no quadro de magistério, em atendimento ao convênio de parceria Estado/Município. Considerando a Resolução SE-27 de 09/05/2011 e SE-28 de 12/05/2011.

### JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente indicação é atender o pedido dos moradores do Assentamento Horto Guarani.

Por todo o exposto, considerando que se trata de caso de extrema urgência indico ao Senhor Prefeito, para que tome as devidas providências, colocando-me a disposição para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS  
Plenário José de Cayres, em 13 de fevereiro 2013

DR. HAMILTON ANTONIO PERRONE  
Vereador - PCdoB

09:25 08/Fev/2013 002481  
Tecnica - CPM/PRADÓPOLIS SETOR PROTOCOLO

## **Resolução SE nº 28, de 12-5-2011**

*Disciplina a concessão de auxílio-transporte às Prefeituras Municipais para garantir aos alunos acesso à escola pública estadual*

O Secretário Da Educação, considerando a legislação em vigor e a necessidade de assegurar o acesso dos alunos às Escolas Públicas Estaduais, resolve:

Artigo 1º - A Prefeitura Municipal poderá celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Educação, nos termos do Decreto nº 48.631, de 11 de maio de 2004, e da Resolução SE nº 27, de 9 de maio de 2011, para obtenção de auxílio-transporte, com a finalidade de garantir aos alunos acesso à escola pública estadual, mediante:

I - frota própria da Prefeitura Municipal;

II - empresa de transporte contratada ou transporte autônomo fretado;

III - fornecimento de passes escolares.

§ 1º - O atendimento por meio de frota própria da prefeitura, por empresa de transporte contratada ou por transporte autônomo fretado deverá observar o disposto no artigo 2º da Resolução SE nº 27/11.

§ 2º - O monitor do transporte escolar deverá:

1 - ter idade superior a dezoito anos;

2 - apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

3 - apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada;

4 - portar rádio de comunicação ou telefone celular;

5 - prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

6 - contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o gestor do convênio de transporte, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

Artigo 2º - A Prefeitura Municipal encaminhará à Diretoria de Ensino, em cuja circunscrição os alunos serão beneficiados com transporte escolar, os documentos necessários à instrução processual, conforme previsto no Decreto nº 40.722, de 20 de março de 1996.

Parágrafo único - Deverão ser obedecidas as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE, aplicáveis aos casos concretos.

Artigo 3º - O valor referente ao auxílio-transporte levará em conta o custo aluno/dia, observado o recurso orçamentário e financeiro da Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º - O número de alunos será obtido por meio do banco de dados do Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria de Educação/database Censo MEC.

§ 2º - A relação de alunos obtida nos termos do parágrafo anterior será gerada pela SEE/CIE e deverá ser impressa pelas Diretorias de Ensino, acessando a opção Convênio Transporte no Portal GDAE - [www.gdae.sp.gov.br](http://www.gdae.sp.gov.br).

§ 3º - Estão disponibilizadas no Portal GDAE a Síntese Geral dos Alunos Transportados e as relações de:

1. alunos transportados;
2. passes escolares;
3. veículos;
4. viagens;
5. rotas.

§ 4º - Na hipótese de atendimento compartilhado a alunos da rede estadual de ensino e alunos da rede municipal de ensino, somente o valor correspondente aos alunos da rede estadual deverá ser considerado para efeito da composição do custo aluno/dia mencionado no caput deste artigo.

Artigo 4º - Caberá à Secretaria da Educação, por meio das Coordenadorias de Ensino:

I - indicar o/a setor/divisão responsável pelo acompanhamento do trâmite administrativo, para assegurar a assinatura dos convênios e/ou aditamentos;

II - elaborar minutas dos termos de Convênio ou de Aditamento e de Ciência e Notificação e encaminhá-las às Diretorias de Ensino;

III - repassar o recurso de acordo com os artigos 3º e 4º desta resolução.

Artigo 5º - As Diretorias de Ensino deverão providenciar a designação, com publicação no Diário Oficial, de:

I - um gestor dos Convênios de Transporte Escolar;

II - um co-gestor, responsável pelos dados cadastrais de transporte no Sistema de Cadastro de Alunos SEE/CIE;

III - um responsável pela instrução processual;

IV - um responsável pelo pagamento do serviço prestado.

Artigo 6º - São atribuições dos responsáveis designados pela Diretoria de Ensino, conforme o artigo 5º:

I - do gestor:

a) efetuar o planejamento de transporte de acordo com os resultados do estudo de demanda escolar (Relatório Anual de Atendimento à Demanda Escolar);

b) acompanhar a digitação das informações prestadas pelas unidades escolares e prefeituras;

c) aprovar a relação de alunos a serem transportados e acompanhar a digitação efetuada no âmbito da Diretoria de Ensino;

d) imprimir, conferir e assinar os relatórios da opção Convênio Transporte do Portal GDAE ([www.gdae.sp.gov.br](http://www.gdae.sp.gov.br)) e entregá-los ao responsável pela formalização do processo;

e) acompanhar as condições da execução do convênio, garantindo que os serviços prestados estejam de acordo com a legislação vigente, notificando a prefeitura, por meio de ofício, das irregularidades constatadas, estabelecendo prazo para a correção de acordo com a gravidade do problema;

f) avaliar o atestado e a declaração apresentados, respectivamente, pela unidade escolares e prefeitura sobre a execução do transporte escolar conforme Anexos I e II;

g) assinar a Autorização para Liberação de Recursos (Anexo III);

h) acompanhar todos os trâmites administrativos referentes ao convênio, junto às prefeituras, no âmbito da Diretoria de Ensino;

i) garantir o cumprimento dos prazos relativos aos trâmites administrativos para a formalização do convênio e/ou aditamento, assegurando a continuidade do transporte dos alunos;

#### II – do co-gestor:

a) orientar as unidades escolares sobre a digitação da relação dos alunos a serem transportados;

b) conferir as informações cadastradas pelas unidades escolares na opção Transporte Escolar do Sistema;

c) confirmar os alunos que serão transportados de acordo com o disposto no artigo 2º da Resolução SE nº 27/11;

d) relacionar os alunos que serão atendidos de acordo com o disposto no artigo 3º da Res. SE nº 27/11;

e) efetivar o cadastro das informações pertinentes ao convênio, no âmbito da Diretoria de Ensino, preenchendo todos os itens da opção de Transporte de Alunos no sistema;

f) orientar as prefeituras quanto aos conceitos utilizados no Sistema de Cadastro de Alunos SEE/CIE;

g) auxiliar as prefeituras na elaboração das rotas;

h) orientar e fiscalizar a digitação de dados efetuada no âmbito das prefeituras;

i) aprovar e homologar as rotas;

j) substituir o gestor, quando necessário;

#### III – do responsável pela instrução processual:

a) solicitar os documentos necessários à instrução do processo de convênio de transporte escolar, de cada prefeitura, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos pela SE;

b) conferir os documentos apresentados pelas prefeituras, em face da exigência do Decreto nº 40.722/96;

c) conferir os dados constantes do Quadro Resumo da Prefeitura (Anexo IV) com os dados dos relatórios de Convênio do Transporte Escolar do Portal GDAE ([www.gdae.sp.gov.br](http://www.gdae.sp.gov.br));

d) coletar as assinaturas nos relatórios de Convênio do Transporte Escolar do Portal GDAE ([www.gdae.sp.gov.br](http://www.gdae.sp.gov.br));

e) enviar à Coordenadoria de Ensino, por meio de correio eletrônico, o Quadro de Custo por Tipo de Transporte;

f) repassar à prefeitura as informações financeiras recebidas da Coordenadoria de Ensino para a elaboração do Plano de Trabalho;

g) autuar, protocolar e remeter o(s) processo(s) de convênio de transporte escolar à Coordenadoria de Ensino para posterior encaminhamento à Consultoria Jurídica para apreciação;

h) providenciar a publicação do extrato do(s) convênio(s) e/ou aditamento(s) no Diário Oficial;

i) enviar à SE cópia da publicação do extrato de convênio e/ou aditamento para posterior ciência à Assembleia Legislativa;

j) enviar ao Tribunal de Contas do Estado cópia do processo, conforme instruções vigentes do TCE;

IV – do responsável pelo pagamento do serviço prestado:

a) comprovar a existência de recurso orçamentário necessário à execução do objeto do convênio, efetuando a competente reserva e repassá-la ao responsável pela formalização;

b) consultar o Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC e as publicações do TCE, verificando se há impedimentos para o repasse de recursos;

c) assinar a Autorização para Liberação de Recursos (Anexo III);

d) efetuar o repasse de recursos à prefeitura, conforme previsto no Plano de Trabalho do convênio e/ou aditamento;

e) efetuar a conferência da prestação de contas apresentada pela prefeitura e emitir parecer sobre os documentos apresentados, conforme instruções do TCE aplicáveis ao caso.

Artigo 7º - As Unidades Escolares deverão adotar as seguintes providências:

I – cadastrar o endereço do aluno e preencher os dados referentes a transporte escolar no Sistema de Cadastro de Alunos SEE/CIE;

II – indicar o aluno beneficiário de transporte, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 27/11;

III – fiscalizar a execução do transporte de alunos e enviar à Diretoria de Ensino, até o quinto dia útil do mês subsequente, o Atestado de Execução do Transporte Escolar (Anexo I).

Artigo 8º - A prestação de contas do convênio firmado obedecerá às normas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único – Nos casos excepcionais em que o recurso total do convênio não seja aplicado no objeto, a prefeitura deverá devolver a parcela não utilizada observando-se a proporcionalidade entre os valores repassados pela Secretaria da Educação e os valores da contrapartida da Prefeitura Municipal estipulada no Plano de Trabalho em vigência.

Artigo 9º - As prefeituras terão até o final do ano de 2011 para ajustarem o atendimento ao disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 27/11.

Artigo 10 - Esta resolução, com os anexos que a integram, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções SE nºs 34, de 15.5.2009, e 49, de 4.6.2010.



# **Resolução SE-27 de 9-5-2011**

Disciplina a concessão de transporte escolar para assegurar aos alunos o acesso às escolas públicas estaduais

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, considerando a legislação em vigor e a necessidade de se assegurar aos alunos o acesso às escolas públicas estaduais, resolve:

**Artigo 1º** – O transporte escolar, na rede estadual de ensino, será concedido ao aluno matriculado e frequente em escola indicada pela Diretoria de Ensino, conforme registro no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado de São Paulo/SEE-CIE, residente no mesmo município em que se localiza a escola e que seja proveniente:

I – da zona rural; ou

II – de local onde haja barreira física, ou obstáculo que impeça ou dificulte o seu acesso à escola, ou lhe prejudique a liberdade de movimento, a circulação com segurança, a integridade, como por exemplo:

1. rodovia e ferrovia sem passarela, ou faixa de travessia sem semáforo;
2. rio, lago, lagoa, brejo, ribeirão, riacho, braços de mar, sem pontes ou passarelas;
3. trilhas em matas, serras, morros, ou locais desertos;
4. divisória física fixa (muro ou cerca);
5. linha eletrificada;
6. vazadouro (lixão).

Parágrafo único – Excetua-se do disposto neste artigo os alunos matriculados em ensino de presença flexível.

**Artigo 2º** – O aluno com idade inferior a 12 anos deverá ser transportado por veículo fretado ou de frota própria municipal com a presença de monitor, salvo nos casos em que os responsáveis autorizem a utilização de passe escolar.

**Artigo 3º** – O aluno com idade a partir de 12 anos, completos no início do ano letivo, será atendido por meio de passe escolar, desde que não haja prejuízo ao cumprimento do horário de entrada e saída da escola.

**Artigo 4º** – O transporte escolar, com presença de monitor, será fornecido ao aluno com necessidades educacionais especiais, que não apresente desenvolvidas condições de mobilidade, locomoção e autonomia no trajeto casa/escola/casa, ou seja:

I – cadeirante ou deficiente físico com perda permanente das funções motoras dos membros, que o impeça de se locomover de forma autônoma;

II – autista, com quadro associado de deficiência intelectual moderada ou grave, suscetível de comportamentos agressivos e

que necessite de acompanhante familiar;

III – deficiente intelectual, com grave comprometimento e com limitações significativas de locomoção;

IV – surdocego, com dificuldades de comunicação e de mobilidade;

V – aluno com deficiência múltipla que necessite de apoio contínuo;

VI – cegos ou com visão subnormal, que não apresente autonomia e mobilidade necessárias e suficientes para se localizar e percorrer, temporariamente, o trajeto casa/escola/casa.

Parágrafo único – A necessidade de transporte escolar, para o aluno de que tratam os incisos III a VI, e a de acompanhante para o referido no inciso II deverão ser atestadas pela área da saúde.

**Artigo 5º** – Os casos excepcionais ou omissos deverão ser resolvidos pelas Coordenadorias de Ensino.

**Artigo 6º** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções SE nºs 33, de 15.5.2009, e 41, de 14.5.2010

# Eu abaixo assinado

Nome	RG	Idade
José Maria Nogueira	24.534.108-0	134
Sergio R. S. S. 178	229.997	132
Albino Benedito da Costa S.	24.1106.232	117
Tatiana Andrea Lopes Brios	5767523-7	115
João Victor do Sacramento Filho	15.723.087	115
Chilomir Buiro da Silva	45.386.242-1	116
William Bernal Benvenuto	43.084.092-5	124
Paula Figueira Macielas de Santa	40.358.884-4	111
Bray Wander de Faria	45.066.505-7	111
Moisés Zampieri	3366484-7	126
Martim Defensor D. Almeida	42.184.707-4	127
Mariana Cássia Andrade	44.560.418	91/126
Patrício do Oito Santos	46.297.546-0	126
Rosilda dos Reis Viana	30.174.344-7	102
Luigi M. R. L.	36.217.572-9	102
Rebecca Rome Cazeiro Maia	45.386.114-3	102
Elaine Olimpio de Oliveira dos Reis	41.059.408-8	102
Maria Madalena Barbosa	25.513.415-0	30
André Lima	38.128.320-3	159
Maria Irene dos Santos Alves	39.259.326-9	157
Jayra da Rocha Firmiano	12.808.729	142
Edson Firmiano	11-8-74 6888	142
Edson Firmiano	16.588-538	151
Palmeira S. dos Santos	26.140.463-6	150
Maria Op. Simão da Silva	292450588-8	150
Marina B. do Silva	259983-681-02	150
Luiz Simão da Silva	137663.07880	150
Bio do Silva	54.459.663-8	197
Maria Benício de Souza	22.160.222-7	194
Franciele F. de Amaral	46.198.920-8	195
Daniela Carolina Batista	34.601.834-1	198
Claudia de Souza	25.598.069-3	191
João Batista	130.570.51	191
Nelson Vaudet	37.023.605-1	192
Edna A. Almeida 192	34.666.2428	108
Antônio Ribeiro	16.872.455-8	8
Harley Ribeiro	40.637.343-7	146
Christina de Souza de Lima Firmiano	45.387.257-9	143
Valmir da Rocha Firmiano		



NOME	RG	lote
VERIDIANA DA COSTA OLIVEIRA		129
Genice da Silva Costa	29.102.703-9	136
Claudio Pereira Braga	41.688.873-2	153
Jamaina Fernanda Batista de Faria.	49.746.149-3	153
Salmo Celso		195
Emilio Pereira	45.061.943-6	195
Elaine Pereira AP, Barbosa	49.944.955-1	31
Ana Carolina P. Celso	103491990-8	195
Maria Lucia Ferreira Damascena	267653074	170
Luciana V. Barberino	R 628.062.087	165
Estevina Rozendo da Silva	28.500.281-8	174
Cristiane dos Santos de Souza Ribeiro	40.494.751-7	174
Marlene Cristina Schardt Pomarço	47.434.729-1	
Charles da Silva	45546010	
Francisco Junior Silva	1490.200	lote 34
Mario Augusto Silva		lote 34
Isabelo Custino do - Filho -	48.109.482-9	
Juana da Silva Souza		
Maercia R. Carvalho	3.957.208-7	32
Marcio Alexandre de Silva	22.317.276	29
Deborah Pereira da Silva	32.343.667-5	29

# Eu abaixo assinado:-

NOME	RG	Lote
José Gomes Barbosa	37.825.896-5	60R.B
Raul Coutinho Pereira Filho	2442688-0	01A.1
Antônio Estêves	4-561-631-2	59R.B
+Cris Maria R Estêves	36.828.894-8	59R.B
Moses Antonio Estêves		
DANIEL CRISTINO	24.308-702	54.R.B
Mauro Hewar Paiva	24904098-0	53.AB
Cláudio J. C. F. de	4699-035-1	54R.B
Diana Chagas	52.888.982-5	62 R.B
Sara Chagas	402329.719	62R.B
Maringa de F. Chagas	35.512.726-X	62A.B
Alí Chagas	50.223.810-0	62R.B
Jessica Lindrue Chagas	<del>44751225</del>	62R.B
Wilson G. A. Neves	14498424-53	62R.B
José Zio Cruz das Antas	37.718-977-5	44R.A
Maria Terezinha Conceição A. dos Santos	32.697-602-4	41R.6
Alexandra Cordeiro	52.282.257-1	R.B.60
Robert Alexandre Cavaleiro Barbosa	55.288.455-8	R.B.60
Dina Estima da Costa		R.B.58
Marta Helena Estêves Pereira		A.A.01
Antônio José de Souza	18.137.068	R.B.65
Y. N. N. V. A. B. - Joaquim Matias	21.822.578-9	R.B.57
Laércio Elizário	36.828.890-0	
Maria Elza Elizário	285752856	C 72
WALDO ELIZÁRIO	37.777.116-8	C 72
Gabriella Karoline de Souza Soares	135170-5	C 72
William Elizário	49.254.712-7	C 72
Gonçalves Elizário	48.930.861-6	R.C.72
Renice dos S. Elizário	21.326.320	R.C.72
Rosângela Elizário Matias	34.280.541-5	R.C.72
Gilmar Farias Neto	28.399.681-X	R.C.74
Edm. G. F.	05335620-X	R.C.72
Ernesto		R.C.72
		R.B.67

Eu abaixo assinado:

Nome	RG	Lote
Paula Tabuanna	16.332.693	17
Margaida Gencas Malta	Rua A Lote 50	
Citirene P. Marques dos Santos	R. A. Lote 40	
Antonio Neves dos Santos	21.604.1193	13
José dos Santos de Almeida PG 36 <sup>152</sup> Francisco de Almeida 442	R. A. L. 48	
Apresenta Conceição Bambali	Rua A n.º 45	
Milton Rosa dos Santos	Rua A n.º 45	
Marinês G. Santos	25.200.564-8	R. A. L. 13
José Maria Parate de Almeida	R. A. Lote: 11	
Maria Apresenta Marques Parate	R. A. Lote: 10	
João Vitória	R. A. Lote: 51	
Augustina P. A. Felipe	R. A. Lote: 19	
Jaime Maria Lais	R. A. 46584.811-4 L. 1362	
Roberto O. Matheus Filho	-	
Apresenta José dos Santos	Rua A No 05	
R. A. José Maria dos Santos	Rua 0 No 42	
Pedro Maria dos Santos		
Benedito José dos Santos	R. A. n.º 04	
Douglas Apresenta da Silva	14.110.975	R. A. 26



# Eu abaixo assino:-

NOME	R.G	lote
Lucia mata dala 092.455 978 06	109.403.392	88
Antonio Guillen Dalo	22.3628347	88
Bryan Henrique da Silva Moura	56.110.819-5	88
Bianca da Cruz Silva	56.093.454-3	88
Jacqueline Cristina Vendit Marcani	40.094.545-9	90
Maria Helene Casage dos Santos	14.211.020	91
Manoel Barbo dos Santos	12.686.648-x	92
Alzira S Cardoso	34.133.358-x	93
Zefelino Gomes Cardoso	15.635.171-7	93
Maria Senhora Chagan	23.887.7723	92
Adelene Leppre Ramos Gaucha	12.743.0167	94
ANTONIO RAMOS	5.568.908	94
Gerardo dos Santos Chayino	19.165321	66
Caetano Gomes	23136827-	80
Roginaldo P. Gonçalves	45.438948-6	87
Antônio Fucal	15.453169-8	87
Sonia APOL Gonçalves	26652688-3	87
Maria Dirlis P. Strucci	Rua F.	85
Carlos Galvão da Silva	Rua F.	84
Colony CP Silva	22.756926-x	84
João Rodrigues da Silva	8317982-3	83
Julio Diniz de Almeida R.F. L.79	RG 4.197.785	
Marlene Silva Costa	41.609.251-2	78
Camilo Ricci Torquato	99.518900-4	78
Edvan Ricci Torquato	34.280.613-0	78
Benedito dos Santos		78
Janira B. Azevedo	46.831.219-5	78
Orildo Ricci Torquato	30.464.511-4	78
Micheli Cailda Bertolami	41.327045-2	78
VALMIR DE OLIVEIRA	16810037-x	77
Valeria C.S. de Oliveira	53.739508-9	77
Lucy Augusto Delle	45.547087-x	77
Frank da Silva Moura	32.660.266-5	88
Vera Lucia da Cruz Dala	22.624.445-3	88
Admir Martins de Oliveira	15171529-4	96
Neidemar de Castro Oliveira	170.670.57	96
Francisco Guimber	19.476.633	95

nome  
maria d. lma

RG 24.178.652-3 Rm 51